

RECURSO ESPECIAL Nº 1.318.394 - RS (2012/0071959-9)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : SEMP TOSHIBA AMAZONAS S/A E OUTRO
ADVOGADO : SAMIR SQUEFF NETO E OUTRO(S) - RS062245
RECORRIDO : YONE MALAMFAIA OBINO
ADVOGADO : TOMÁS ESCOSTEGUY PETTER E OUTRO(S) - RS063931

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por SEMP TOSHIBA AMAZONAS S/A E OUTRO, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"AGRAVO INTERNO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. EXECUÇÃO EXTRA JUDICIAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR QUE DEU PROVIMENTO AO RECURSO DA EXECUTADA. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. Possibilidade de julgamento monocrático. Poderes conferidos ao relator pelo art. 557, §-A, CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA PRONTO PAGAMENTO. Os fundamentos do agravo interno não são suficientes para justificar a reforma da decisão monocrática, que assim resta mantida. PREQUESTIONAMENTO. O prequestionamento quanto à legislação invocada fica estabelecido pelas razões de decidir. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO." (e-STJ,fl.161)

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 527, V, e 557, §12, do Código de Processo Civil de 1973 e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, que é nula a decisão monocrática que deu provimento ao agravo de instrumento do ora recorrido sem que fosse oportunizado o oferecimento de contrarrazões.

Apresentadas contrarrazões às fls. 218/233 (e-STJ)

É o relatório. Passo a decidir.

Com visto, o recorrente aponta aponta violação dos arts. 527, V, e 557, §12, do Código de Processo Civil de 1973 e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, que é nula a decisão monocrática que deu provimento ao agravo de instrumento

do ora recorrido sem que fosse oportunizado o oferecimento de contrarrazões.

Ocorre que o conteúdo normativo do inciso V, do 527 e a questão da necessidade de intimação do agravado para contrarrazoar o agravo de instrumento não foram apreciados pelo Tribunal *a quo*, que limitou-se a analisar a possibilidade de julgamento do feito mediante decisão monocrática e não por julgamento colegiado.

Tampouco foram opostos pelo recorrente embargos declaratórios para sanar eventual omissão. Dessa forma, à falta do indispensável prequestionamento, incide, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF. Nesse sentido:

“AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. PROCESSO CIVIL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO REALIZAÇÃO DO COTEJO ANALÍTICO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Aplicam-se as Súmulas n. 282 e 356 do STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.

(...)

3. Agravo regimental desprovido.” (AgRg no AREsp 544.459/MT, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe 25/11/2014)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator